

Desafios do ensino ao futuro governo

Nas previsões que fez para o futuro brasileiro, ao encerrar-se o ano de 1984, o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, professor Jessé Montello, ressaltou, como uma de suas preocupações fundamentais, o que vem acontecendo no campo da educação e a gravidade do que acontecerá, caso não haja uma drástica mudança de rumos, que é o que se espera do futuro presidente Tancredo Neves.

Começemos pelas referências do presidente do IBGE ao problema do analfabetismo, até hoje ladeado de diferentes formas, mas nunca realmente enfrentado, nem pelo Mobral nem por nenhum outro programa de governo, condenado, aliás, de antemão, ao malogro, caso se limite a ser um mero "programa de alfabetização de adultos". A respeito da questão, assinala o presidente do IBGE: "A taxa de analfabetismo deverá diminuir dos atuais 22% para 15%, mas apenas se considerando a população maior de 15 anos, porque antes dessa idade o indivíduo não é considerado ainda analfabeto. O que mascara muito esse índice, porque 25% da população brasileira se encontra na faixa etária situada abaixo dos 15 anos. De qualquer forma, em plena era da informática, da cibernética e dos robots, o Brasil do ano 2000 contará 27 milhões de analfabetos com mais de 15 anos". Na realidade, como acentua o professor Montello, esse

índice esconde uma realidade ainda mais grave, não fosse já insuportável ter 27 milhões de pessoas vivendo com autênticos primitivos num mundo cada vez mais complicado. Se pensarmos que uma criança de desenvolvimento intelectual normal deveria estar completamente alfabetizada por volta dos sete ou oito anos — no máximo, digamos, dez anos —, compreender-se-á o que significa, de fato, a realidade do analfabetismo nacional, já que os ainda analfabetos aos dez anos quase certamente, em percentagens alarmantes, irão engrossar as fileiras dos condenados ao analfabetismo depois dos 15 anos. E, com isso, a não haver aquela drástica mudança de rumos, estarão destinados tão-somente a alimentar, do ponto de vista educacional, os programas, de pouca eficácia, como a experiência tem mostrado, de alfabetização de adultos.

Ao lado do problema representado por essa multidão de condenados a permanecer fora do universo que começa a desenhar-se com o aprendizado das primeiras letras, o prof. Montello ressaltava também as questões ligadas à inegável deterioração do ensino em todos os níveis, o que poderá trazer outros problemas de extrema seriedade, sociais e políticos. Lembra o presidente do IBGE: "O desenvolvimento econômico provoca e acentua as desigualdades de

renda, havendo uma concentração em favor dos que detêm maior conhecimento e que, por isso, conseguem melhores salários e melhores oportunidades. No Brasil, a concentração de renda já é altíssima e pode acelerar mais esse processo, se o governo não oferecer melhor educação e cultura para seu povo. Os problemas políticos também não devem ser descartados em decorrência da insuficiente base cultural da população brasileira. Isso pode dificultar até o próprio desenvolvimento econômico, especialmente em face da revolução tecnológica que virá".

Tal quadro nada animador está a exigir que os governos federal, dos Estados e dos municípios deixem de tergiversar — particularmente o governo federal — diante da obrigatoriedade da aplicação mínima constitucional da renda resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. E que façam do homem, de sua vida e de sua realização como pessoa, o centro de suas atenções, tornando-o realmente o núcleo de todos os programas de governo. Mas tornando-o de fato, e não apenas na retórica política.

Mas, para que qualquer programa de valorização do homem — que esperamos venha a ser o núcleo das preocupações do governo Tancredo Neves — tenha êxito, não é possível permitir que os postos-chaves do

MEC sejam controlados pelos que estão interessados em usar a escola e as instituições a ela ligadas para fins outros que não sejam os da melhora dos padrões de ensino. De fato, se os grupos políticos facilmente identificáveis que dizem apoiar o futuro governo, grupos que, contra tudo o que a experiência vem mostrando, se apegam às gastas fórmulas "socialistas" e a uma *revolução mítica*, se apossarem, como é sua visível intenção, da direção de um ensino cuja eficácia já é quase nula, acabarão necessariamente com o que ainda resta dele. Em nome de idéias inconsistentes do ponto de vista intelectual, como, por exemplo, a grotesca "pedagogia do oprimido", mas carregadas de força emocional explosiva, principalmente em relação a alunos imaturos e vivendo em um meio cultural extremamente acanhado, seja em escolas de 1º e 2º graus, seja até (ou particularmente) em universidades em que viceja a subcultura, tais grupos, cuja influência entre consideráveis parcelas ideologizadas do professorado já é muito grande, são o maior inimigo que o futuro governo terá de enfrentar, se quiser fazer obra séria em matéria de educação.

Sobre esse aspecto de nosso deteriorado ensino nada disse o presidente do IBGE. Entretanto, o problema é tão sério quanto os que ele, percutientemente, apontou em sua análise e em suas previsões.